



PROGRAMAS PRIVATIZADORES DO CURRÍCULO NO SUDESTE: O FORTALECIMENTO DE PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS E MERITOCRÁTICOS NA ESCOLA PÚBLICA

Andresa Cóstola ¹
Orientadora Raquel Fontes Borghi ²

RESUMO

Este estudo é um recorte de pesquisa de mestrado realizada entre 2019 e 2021, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, integrando pesquisa interinstitucional (USP, UNESP UNICAMP), realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE). Tem como objetivo central investigar a atuação dos atores privados do Movimento Todos pela Base (MBNC) nas redes públicas estaduais da região sudeste entre 2013 a 2019, onde aqui apresentaremos as temáticas mais comuns abordadas pelos programas identificados na pesquisa. A pesquisa é qualitativa, composta de um estudo documental e bibliográfico. Os resultados demonstram que estes programas tendem a construir um consenso em torno da valorização e do fortalecimento dos princípios neoliberais, a competitividade, a meritocracia, no sentido da flexibilização dos futuros trabalhadores, do talento e da busca pelo sucesso individual.

Palavras-chave: Educação pública estadual, Programas curriculares, Neoliberalismo, Protagonismo juvenil, Empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de pesquisa de mestrado desenvolvida ao longo dos anos de 2019 a 2021 no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, sob orientação da professora doutora Raquel Fontes Borghi. Este integra pesquisa interinstitucional (USP, UNESP UNICAMP), realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), com o objetivo principal de investigar a atuação dos atores privados do Movimento Todos pela Base (MBNC) nas redes públicas estaduais da região sudeste entre 2013 a 2019, onde aqui apresentaremos as temáticas mais comuns abordadas pelos programas identificados na pesquisa.

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – SP, andresa.costola@unesp.br

² Doutora em Educação e professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista – SP, raborghi@gmail.com

* Texto produzido com base na pesquisa de mestrado realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Essa temática de análise vem do impulso de averiguar as influências que o setor privado tem causado na construção e significação do currículo, sob o viés dos novos campos de atuação que surgem pós-aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (CÓSTOLA, BORGHI, 2018). E é oriundo de uma pesquisa de abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), composta de um estudo documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986) e bibliográfico.

Sob o viés dos estudos de privatização na educação, aqui nos pautamos nas três dimensões da política educativa definidas pelo GREPPE, que define ainda, quais são as formas de privatização que ocorrem dentro de cada dimensão:

- a) Currículo: produção/distribuição e adoção de material didático; propostas de capacitação de professores; sistemas privados de ensino; inserção nos projetos pedagógicos; atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório, insumos curriculares de toda natureza incluindo digital.
- b) Gestão: desenvolvimento de softwares /sistemas de gestão; capacitação de gestores; avaliação de professores e gestores; pactos/ compromissos definição de prioridades educativas; transferência gestão/ unidades para organizações privadas;
- c) Oferta: oferecimento de vagas; equipamentos; infraestrutura; cursos de línguas ou similares; bolsas de estudo; convênios e contratos para oferta de vagas (ADRIÃO et al., 2018, s.p.).

Como a pesquisa de mestrado se debruçou em analisar a dimensão de privatização do currículo, é esta que terá maior destaque aqui, entretanto, a investigação nos ofertou um conjunto geral sobre os programas que têm sido providos por estes atores privados também no âmbito da gestão, os quais, devido as limitações deste artigo, apresentaremos sucintamente³.

Acerca do procedimento metodológico seguido para análise e obtenção dos dados, foram realizadas três etapas distintas: a) levantamento bibliográfico; b) busca direcionada nos sites das secretarias estaduais de educação dos quatro estados do sudeste; c) busca no banco de dados do GREPPE, obtido através de pesquisas realizadas entre os anos de 2005 à 2018 (ADRIÃO, et al., 2018).

Essas buscas realizadas nos sites das secretarias estaduais de educação, tiveram como descritores os nomes das instituições, fundações e diferentes entidades que fazem parte do Movimento Todos pela Base (MBNC) em 2019⁴. É importante mencionar o ano que se considerou ao definir os descritores dos atores que fazem parte do Movimento, visto que ele possui uma alta volatilidade na articulação entre os sujeitos envolvidos. Segundo Caetano (2020, p. 42) os sujeitos envolvidos com o Movimento vão “se movimentando, trocando de lugares e outros sujeitos vão se incorporando. A formação atual não é a mesma que iniciou o Movimento em 2013, novos sujeitos foram se integrando a ele”.

³ Para mais informações vide Cóstola (2021).

⁴ Abave, CEIPE/FGV, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundación SM, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Singularidades, Todos Pela Educação, Undime.



Este Movimento, como apresenta Cóstola (2021, p. 78)

[...] foi constituído através de um seminário organizado pela Fundação Lemann, intitulado “Liderando Reformas Educacionais: Empoderando o Brasil para o Século 21”, realizado em abril de 2013 na Yale University, em New Haven – EUA, que contou com a participação de diversas entidades e personalidades norte americanas que abordaram a construção de uma base curricular no Brasil. Nessa ocasião, inicia-se o que desencadearia em uma sucessão de palestras que consolidaram a atuação do Movimento sob esse debate educacional.

Além disso, a autora ainda aponta a “forte mobilização do Movimento em recrutar pessoas ligadas ao Conselho Nacional de Educação e ao próprio Ministério de Educação ou outros centros de decisão, criando relacionamentos com formuladores de políticas relevantes” (CÓSTOLA, 2021, p. 79), demonstrando a relevância desses atores no cenário político nacional.

Estes foram os descritores da busca inicial e também da busca realizada no banco de dados do GREPPE, onde, a partir dessa coleta, conseguimos ter duas fontes de informação para analisar a existência de programas realizados em “parceria” entre atores privados e as redes estaduais de ensino da região sudeste. O total obtido com esse processo de busca foi de 2.005 informações que passaram por quatro processos de filtragem: 1) Junção dos dados primários com os dados secundários (GREPPE); 2) Seleção dos dados que faziam parte do recorte temporal (2013 a 2019); 3) Seleção dos programas que faziam menção aos atores privados do Movimento; 4) Exclusão das informações que não se referiam à programas desses atores nas redes estaduais.

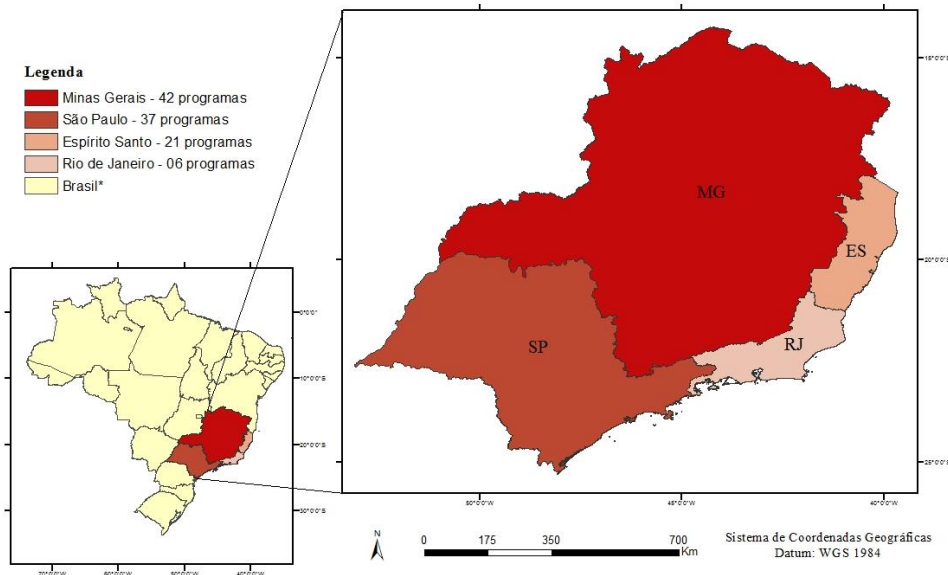
Após esse processo, obtivemos 106 programas com algum tipo de envolvimento desse segmento do setor privado nas instituições de ensino público estadual do sudeste, sendo 21 no Espírito Santo; 42 em Minas Gerais; 06 no Rio de Janeiro; e 37 em São Paulo. Esses números se referem ao envolvimento desses atores privados na dimensão de privatização do currículo e de gestão escolar, nenhum dado referente à oferta foi encontrado com a metodologia aqui utilizada. Entretanto, a falta dessa informação não significa que estes atores não ajam nesse segmento, pois como vemos em Adrião, et al. (2018), Garcia e Adrião (2018), Adrião (2009; 2018), Adrião, Garcia e Drabach (2020), o setor privado também está presente na oferta educacional.

Os resultados da pesquisa demonstram que os atores privados têm optado, prioritariamente, em interferir nos projetos pedagógicos e na formação dos professores que estão atuando em sala, com temáticas voltadas à princípios individualistas e concorrenciais; o que demonstraremos com os dados na sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o mapeamento realizado vemos que 39% dos dados estão em Minas Gerais, seguido de 35% em São Paulo, 20% no Espírito Santo e 6% no Rio de Janeiro. Quando comparado com os outros estados, o Estado do Rio de Janeiro possui significativamente menos programas, entretanto, seu site não possui uma ampla gama de informações como as demais plataformas, este pode ter sido um dos fatores para o baixo número de dados encontrados.

Figura 1 - Mapa com a quantidade de programas relativos às três dimensões da privatização com envolvimento dos atores privados do MBNC, entre os anos de 2013 e 2019.



Fonte: Cóstola (2021, p. 113).

Do total de 106 programas encontrados, 14 deles atuam no âmbito da gestão escolar, sendo oito (8) no Espírito Santo, quatro (4) em São Paulo, dois (2) em Minas Gerais, seguindo a metodologia pré-estabelecida. Logo, 85% desses programas são voltados à estratégias de privatização dos currículos, destes, alguns aparecem em mais de um estado, como mostra quadro abaixo. O programa “Escrevendo o Futuro” é o único que surge nos quatro estados do sudeste.

Quadro 1 - Programas que se repetem em mais de um estado do sudeste (2013 - 2019).

PROGRAMAS	ES	MG	RJ	SP
Agenda da Aprendizagem	X	X	-	X
Desafio Criativos da Escola	-	X	X	-

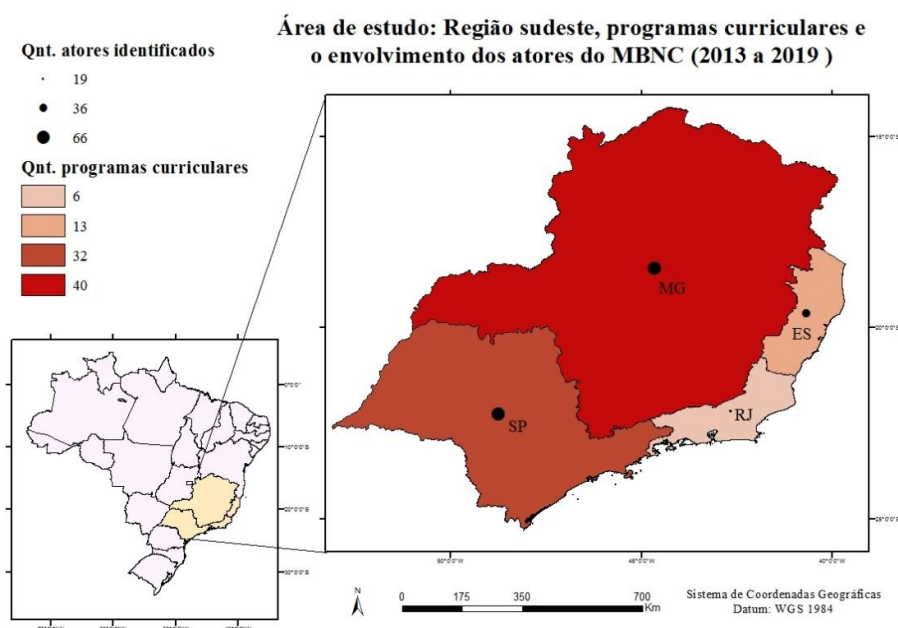
Escrevendo o futuro	X	X	X	X
Prêmio Escola Voluntária	-	X	-	X
Prêmio Itaú-Unicef	-	X	-	X
Prêmio Jovem Cientista	-	X	-	X
Prêmio Respostas para o Amanhã	-	X	X	X
Jovem de Futuro*	X	X	-	-
Prêmio Educador Nota 10	X	X	-	X
Prêmio Vivaleitura	-	X	-	X

Fonte: Cóstola (2021, p. 115). *Programas que estão envolvidos com a dimensão de privatização do currículo e gestão escolar concomitantemente. Os demais são relativos apenas a dimensão de privatização do currículo.

Programas privatizadores do currículo no sudeste

Com relação a dimensão curricular, o mapeamento demonstra que esses programas com envolvimento dos atores privados do Movimento, são mais incidentes em Minas Gerais (40), seguido de perto por São Paulo (32), e em menor número o Espírito Santo (13) e o Rio de Janeiro (6).

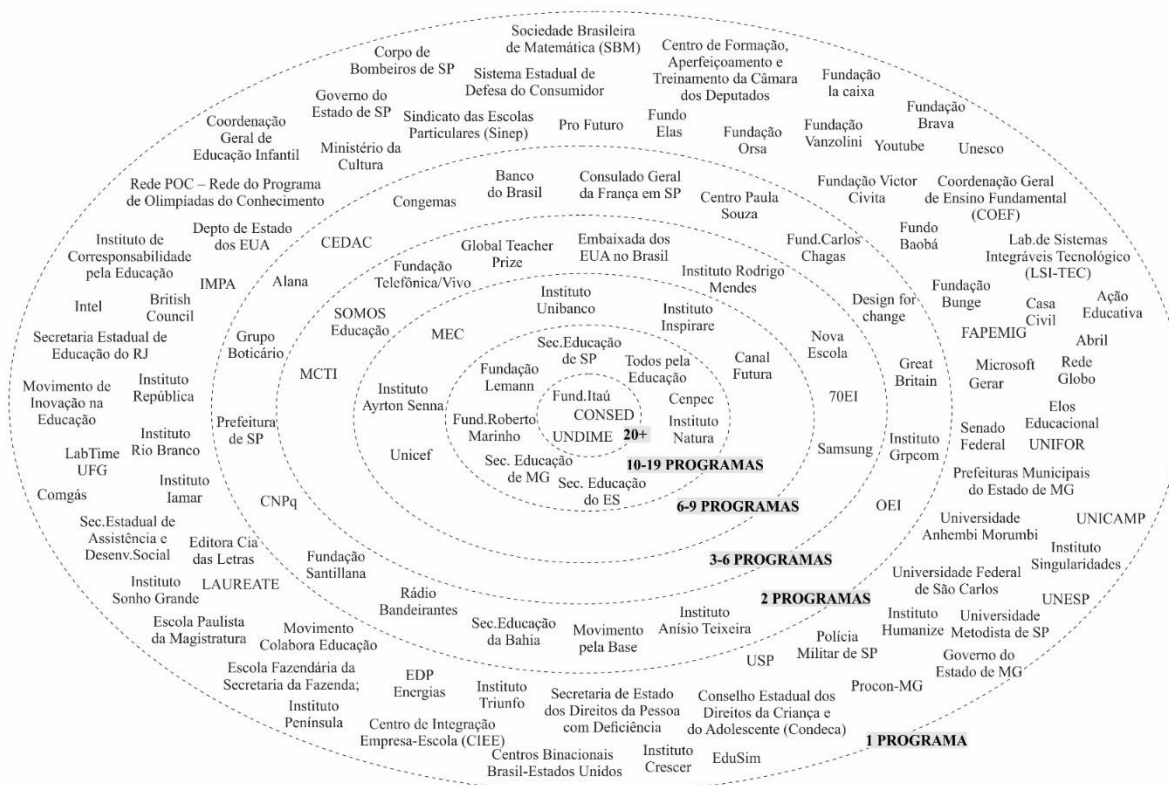
Figura 2 - Quantidade de programas de privatização do currículo e número de atores envolvidos.



Fonte: Cóstola (2021, p. 117).

O número de atores envolvidos com esses programas pode ser observado pelas representações em círculo na figura acima, onde vemos que São Paulo e Minas Gerais possuem 66 atores cada, o Espírito Santo possui 36 atores e Rio de Janeiro possui 19 atores identificados. Estes atores vão além dos que fazem parte do Movimento, totalizando 119 instituições, grupos, entidades e associações envolvidas com programas relativos à estratégias de privatização dos currículos no sudeste (figura 3), desses atores 37% são públicos e 63% são atores privados. Alguns se repetem no mapeamento, oferecendo mais de um programa curricular no mesmo estado e/ou em estados diferentes.

Figura 3 - Atores públicos e privados e a quantidade de programas de dimensão curricular que estes estão envolvidos no sudeste (2013-2019).



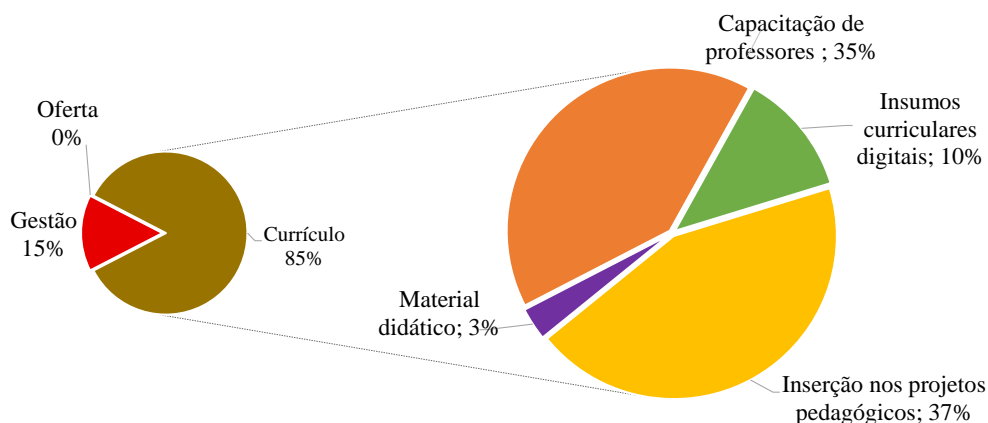
Fonte: Cóstola (2021, p. 121).

Esse alto número de atores privados envolvidos com programas ofertados às escolas públicas, demonstra grande envolvimento desse segmento com o ambiente escolar, com a justificativa de melhorar a qualidade da educação (CAETANO, 2012, p. 294).

Gerir o processo de ensino e aprendizagem é o papel, por excelência, da escola e do professor. Portanto, evidencia-se que as parcerias, muitas vezes, partem de um diagnóstico de que os professores não são capazes de planejar suas tarefas e por isso devem receber tudo pronto, como apostilas, aulas, rotinas ou sistemas de informações altamente controlados por uma instância superior (CAETANO, 2012, p. 294).

Além disso, é possível ainda verificar nesses programas as diversas formas de privatização dentro da dimensão curricular, onde a maioria dos programas está voltada à inserção de conteúdos nos projetos pedagógicos (37%), seguida da capacitação de professores (35%); insumos curriculares digitais (10%) e material didático (3%) (figura 4). A privatização curricular não se limita a essas quatro formas indicadas acima, essas são apenas as formas que surgiram na análise dos dados, outras podem ocorrer dentro da dimensão do currículo, como vemos em Adrião et al. (2018, s.p.) “produção/distribuição e adoção de material didático; propostas de capacitação de professores; sistemas privados de ensino; inserção nos projetos pedagógicos; atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório, insumos curriculares de toda natureza incluindo digital”.

Figura 4 - Porcentagem dos programas por dimensão (2013-2019), destaque para as formas de privatização dentro da dimensão do currículo.



Fonte: Cóstola (2021, p. 123).

As formas de privatização mencionadas na figura 4 envolvem diferentes atividades, como apresenta Cóstola (2021, p.123-124):

Cada uma dessas formas envolve uma atividade, por exemplo, a forma de privatização através da “Inserção nos projetos pedagógicos” se refere aos programas voltados à criação de projetos e indução de conteúdos nos planos pedagógicos, usando-se, por vezes, de premiação dos estudantes ou do corpo docente como forma de ‘incentivo’; a forma referente ao “Material didático” seriam os programas que oferecem as escolas à adoção de materiais didáticos padronizados; a forma relativa à “Capacitação de professores” são os programas voltados aos cursos oferecidos para capacitação/formação continuada da categoria docente; e, por último, a forma encontrada no mapeamento relativa aos “Insumos curriculares digitais” se refere aos programas voltados para a distribuição de plataformas/ferramentas online para professores, estudantes e/ou gestores, com o intuito de incluir o uso de tecnologias em sala.

Nelas foram identificadas as temáticas mais comuns que surgiram no mapeamento dos programas:

- **Inserção de conteúdos nos projetos pedagógicos:** Programas voltados ao ensino de língua portuguesa e matemática, por vezes atrelada à avaliação de desempenho e/ou premiação; Protagonismo juvenil; Projeto de leitura voltado à competências socioemocionais; Empreendedorismo; Projeto de vida e tecnologia; Aprendizagem ativa, com foco no “potencial de liderança”.
- **Material didático:** Programas relativos ao projeto de vida; Atitudes empreendedoras; Preparação do jovem para o século XXI, com foco no protagonismo e empreendedorismo; Educação empreendedora; Materiais Língua portuguesa e matemática.
- **Capacitação de professores:** Cursos voltados à competências socioemocionais; Metodologias ativas baseados nos 4 pilares da educação; Capacitação para formação técnica-profissional; Capacitação para educação profissional; Capacitação para a implementação da BNCC nas escolas; Capacitação relativa à política do Novo Ensino Médio; Cursos com foco na gestão estratégica, para o gerencialismo e diminuição de gastos; Itinerários formativos.
- **Insumos curriculares digitais:** Programas voltados à linguagem computacional e Planos de inovação digital.

Essas informações acerca das principais temáticas tratadas pelos programas curriculares que foram identificados no sudeste, demonstram que o protagonismo juvenil, o empreendedorismo, projeto de vida, competição; se destacam tendendo a valorizar e fortalecer os princípios neoliberais da competitividade, da meritocracia e da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1967) na atualidade, que segue no sentido da flexibilização dos trabalhadores, do talento e da busca pelo sucesso individual, com a promessa da empregabilidade.

A tese da empregabilidade recupera a visão individualista da teoria do capital humano, mas acaba com o nexo que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual) (GENTILI, 2005, p. 53-54).

Deste modo, esses programas se voltam para questões que fortalecem a individualidade e a ideia da responsabilização, tanto pelo crescimento econômico, quanto pelo crescimento individual de cada sujeito, fortalecendo a concepção de que os cidadãos são os únicos responsáveis pela sua condição social. Essa ideia de responsabilização insere os estudantes no

processo de valorização da meritocracia, cultura que cria na juventude a naturalização do seu sucesso e do fracasso do outro, ignorando as estruturas de classe e condições de vida.

Com essa imagem de investimento individual associada à qualificação e assim, à obtenção de emprego, temos uma valorização exacerbada da profissionalização, qualificação e especialização dos estudantes, muito do que vemos defendido pelos programas identificados no mapeamento, visto que nessa lógica é fundamental que o futuro trabalhador seja generalista e polivalente, para que este consiga competir frente ao mercado “não basta apenas uma qualificação profissional específica; é preciso dominar tudo para poder disputar com condições esse mercado altamente competitivo” (BOCK, 2002, p. 14), é preciso ser empreendedor.

Frigotto (2000, p. 61) em uma crítica à essa lógica meritocrática da concorrência perfeita, afirma que:

Se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo [...]. Dentro desta ótica, a sociedade capitalista não está dividida em classes, mas sim em estratos. A estratificação decorre de uma analogia do mecanismo de concorrência perfeita.

Logo, nessa lógica o fracasso ou o sucesso do indivíduo depende apenas de sua capacidade de acumular conhecimento, de empreender e ser protagonista de sua vida, para que na disputa do mercado profissional o sujeito mais competente e com maiores habilidades, preparado para lidar com as eventualidades da sociedade moderna, ganhará sob o sujeito menos qualificado. Esse discurso deposita no indivíduo a capacidade ou não de ascensão econômico social, ignorando o caráter estrutural da sociedade capitalista. O que vemos é o que Sennet (2009) chama de nova moral do trabalho, na qual a imagem do trabalhador foi modificada nos últimos trinta anos, criando um perfil de “vencedor”, “o vencedor deve ser maleável, criativo, afirmativo e, sobretudo, superficial nos contatos pessoais e indiferente a projetos de vida duradouros” (COSTA, 2004, p. 79), e esses programas se encaixam perfeitamente nessa nova moral.

A qualificação voltada para o empreendedorismo e protagonismo, a venda do ideário do trabalhador autônomo e do jovem empreendedor não cabe a todos os jovens, sempre vão existir jovens a margem na competição por empregos, a qualificação resolve apenas um problema individual e não coletivo, daí uma das nossas grandes críticas a teoria do capital humano aplicada à educação e esse modelo das competências e habilidades atrelado ao protagonismo e empreendedorismo juvenil, tão defendido e disseminado por esses programas que tem sido ofertados às redes públicas estaduais de educação.

Compreendemos que hoje seguimos uma ideia de empregabilidade através da ideologia do capital flexível, essa concepção se baseia no indivíduo, seu conjunto de competências e

habilidades, justamente como sugeria a teoria de Schultz, efetivando, como aponta Frigotto (2004), a subjetivação dos problemas sociais e econômicos, que não são mais vistos como questões da estrutura social e relações de poder. A responsabilidade do cidadão passa, portanto, nessa lógica de mercado a se restringir ao “trabalho bem feito”, sem criticidade; este se torna apenas um pagador de impostos. Frigotto (2004, p. 211-212) critica veementemente essa ideia da empregabilidade.

Os jovens que tem trabalho precoce, de baixa qualidade e remuneração, e os jovens que tem pouca escolaridade e de péssima qualidade ou estão fora da escola, acham-se nesta condição por serem filhos de trabalhadores com condições de vida precárias. Isso nos mostra que a tese da “empregabilidade” é falsa e cínica. Falsa porque a escola não tem capacidade de gerar nem garantir emprego. Ainda mais falsa num contexto de crise endêmica de desemprego e, no caso brasileiro, de recessão. Cínica porque culpa a vítima por ser pobre e por ter baixa escolaridade e mascara a estrutura social geradora de desigualdade.

A escola ao assumir a responsabilidade de passar aos estudantes esses programas de cunho tecnicista e neoliberal, com base meritocrática e seguindo a lógica da teoria do capital humano, passa a deixar de lado sua função social e assume um papel de suprir as necessidades do mercado. As parcerias público privadas, por meio desses programas na educação ou através de outras atuações, facilitam a entrada dos valores do mérito individual e criam a cultura da naturalização do seu sucesso e do fracasso do outro, ignorando as estruturas de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de encerrar é importante indicar alguns pontos: 1) Nossa pesquisa se refere à rede estadual de educação, isto é, à educação pública de responsabilidade do Estado brasileiro, portanto, compreendemos que esses programas privatizadores do currículo, são oriundos de um segmento do setor privado que possui seus próprios interesses, valores, concepções de educação e visões de mundo, as quais são fáceis de serem identificadas ao lermos os objetivos dos programas ofertados. 2) Os dados revelam que esses atores têm optado, prioritariamente, em interferir nos projetos pedagógicos e na formação dos professores (vide figura 4), o que demonstra que esses atores privados estão se ocupando da constituição do profissional da educação e direcionando fortemente os fins educacionais ao introduzir questões no conteúdo do processo educativo. 3) As principais temáticas desses programas envolvem princípios individualistas e concorrenciais, exaltando a teoria do capital humano e do mérito individual e responsabilizando os sujeitos por sua condição social; ressaltando que a metodologia se limita a instituições estaduais públicas de ensino, ou seja, um ambiente público enquanto forma, mas e enquanto conteúdo? 4) Mesmo os programas que são ofertados e planejados por organizações

que consideramos públicas que possuem especialistas em educação em seu meio, estão sendo perpassados de alguma forma pelo setor privado, como é o caso dos programas da CONSED e UNDIME, onde destacamos a atuação destes em mais de 20 programas cada (figura 3); considerando que essa pesquisa analisa apenas os programas que tenham envolvimento de atores privados, isso significa que esses mais de 20 programas que cada uma dessas organizações tem ofertado, tem algum tipo de “parceria” e/ou apoio do setor privado.

Encerramos indicando que essas atuações se configuram em estratégias dentro de um processo complexo de privatização da educação pública estadual no Brasil, e que é o Estado o único responsável legal capaz de garantir o direito à educação de qualidade para todas e todos, sendo assim, este não pode ser efetivado nas mãos do setor privado, pois os interesses do mercado, mesmo gerindo um serviço público, são sempre privados.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. F. Indicações e reflexões sobre as relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.48-64, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/22531/13064>>. Acesso em: 29 de out. 2021.

ADRIÃO, T. M. F. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>>. Acesso em: 21 de out. 2021.

ADRIÃO, T. M. F.; et al., **Mapeamento da inserção do setor privados nas redes públicas estaduais de educação 2005-15**, 2018. Disponível em: <https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ADRIÃO, T. M. F.; GARCIA, T.; DRABACH, N. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. **Políticas Educativas**, Paraná, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/Poled/article/view/107517/58359>>. Acesso em: 12 de out. 2021.

BOCK, S. D. A inserção do jovem no mercado de trabalho. Vol. 2ª edição, In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPÓSITO, M. P. **Juventude em debate**; p. 11-16. São Paulo: Cortez, 2002.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.



CAETANO, M. R. As influências do terceiro setor na educação pública: o projeto piloto de alfabetização e as implicações na gestão da escola. **Cadernos de Educação** – Pelotas, n.42; 282 - 298, maio/junho/julho/agosto 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2159/1976>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

CAETANO, M. R. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Textura**. v. 22 n. 50 p.36-53 abr/jun 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>>. Acesso em 27 de ago. de 2021.

COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on line de Política e Gestão Educacional** – RPGE, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1313–1324, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11889>>. Acesso em: 1 jun. 2022.

COSTOLA, A. “Onde tem base, tem movimento” empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste. Dissertação (**Mestrado em Educação**). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2021.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista (6.ed.)**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GARCIA, T., ADRIÃO, T., Orgs. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas/ SP. Autores Associados, p. 45-59, 2005.

SCHULTZ, T. W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.